

# Perspectivas internacionais sobre decolonialidade e direitos da criança

Irene Rizzini<sup>1</sup>

Ricardo Fletes Corona<sup>2</sup>

Tara M. Collins<sup>3</sup>

Sukanya Krishnamurthy<sup>4</sup>

Mariana Menezes Neumann<sup>5</sup>

Esta edição da revista **O Social em Questão** é dedicada a análises de abordagens teóricas e práticas sobre decolonialidade no campo de estudos sobre a infância, incluindo legados do colonialismo em relação à população infantil e juvenil<sup>6</sup>. Os países com histórico de colonização enfrentaram inúmeros desafios, entre eles, a supressão de direitos e o comprometimento da qualidade de vida e do bem-estar da população, incluindo a escravização de crianças, jovens e seus pais, apreensão de suas propriedades, genocídio e erradicação de culturas e práticas dos povos indígenas.

Os processos de descolonização estão em curso há décadas, embora os temas colonialismo, descolonização e decolonialidade não tenham sido suficientemente explorados em relação a crianças, adolescentes e jovens nas áreas dos direitos e dos estudos sobre a infância. No entanto, houve desenvolvimentos importantes ao longo do século passado, particularmente desde a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989.

Questões importantes têm sido analisadas no âmbito dos estudos decoloniais na tentativa de melhor compreender as diferenças culturais e de como os processos globais influenciam as realidades históricas, políticas e econômicas que afetam as crianças. As críticas à noção de infância como universal ou global, presente na referida Convenção, bem como definições de infância oriundas do chamado Norte Global<sup>7</sup>,





que continuam a dominar discursos e práticas, são desdobramentos relevantes para questionarmos princípios e diretrizes que não refletem especificidades regionais/locais. Nesta linha, destacam-se autores como Faulkner e Nyamutata (2020), ao perguntarem se a Convenção sobre os Direitos da Criança não refletiria “um novo imperialismo”; ao passo que as reflexões de Castro (2020); Tabak (2020); Collins, Rizzini e Mayhew (2021); Twum-Danso, Bourdillon, Meichsner (2019) entre outros, buscam problematizar a compreensão com frequência simplista e reducionista de conceitos no campo dos direitos da criança.

Consideramos que análises e abordagens críticas são necessárias para aprofundar o conhecimento sobre decolonialidade e infância, sobretudo por parte dos países com histórias e legados coloniais. Essa edição da Revista aborda uma série de questões e diferentes realidades, com contribuições de autores do Brasil, México, África do Sul, Índia e Canadá. A Revista tem também como proposta tornar mais visível a sub-representação de pesquisadores do Sul Global no discurso internacional relacionado aos direitos da criança, enriquecendo o debate com perspectivas decoloniais.

Nas últimas décadas, produziu-se um grande número de publicações com foco sobre colonização, descolonização e decolonialidade e, na América Latina, é bastante expressiva (por exemplo, BALLESTRIN, 2017; DUSSEL, 2015; GROSGOUEL, 2012; MANUEL e DERRICKSON, 2017; MIGNOLO, 2003; NDLOVU-GATSHENI, 2013; QUIJANO, 1997; SPIVAK, 1994). Essa produção, relacionada aos direitos da criança e estudos sobre a infância, tem ganhado interesse internacional crescente (AUFSEESER, 2022; BALAGOPALAN, 2019; CHENEY, 2018; FAULKNER e NYAMUTATA, 2020; LIEBEL, 2017; SCHIBOTTO, 2015; TWUM-DANSO, CASTRO e NAFTALI, 2022). Ainda assim, a análise de como esses processos impactaram e ainda afetam a vida de crianças e jovens continua sendo uma grande lacuna (MACIEL e MELGAREJO, 2016; MCMELLON e TISDALL, 2020; NEUMANN e RIZZINI, nesta edição). Como afirma Lúcia R. de Castro no presente

número: “A crítica que tem surgido recentemente sobre o sistema de direitos da criança não aborda a particularidade dessas infâncias marcadas pelo encontro colonial” (CASTRO, 2023).

Esperamos que a presente edição de **O Social em Questão** enriqueça esse debate ao incluir abordagens em distintas áreas do conhecimento, com aportes teóricos e práticos que agregam perspectivas decoloniais aos estudos multidisciplinares sobre a infância.

O artigo *Descolonização e direitos da criança: uma introdução* de Lucia Rabello de Castro discute como a crítica decolonial pode contribuir para revisitar os direitos da criança a partir de uma perspectiva do Sul Global. Na temática dos direitos da criança, há também o artigo *((Re)Imagining children's participatory rights with decolonial learning, ((Re)Imaginando o direito à participação a partir de abordagens decoloniais)*, de Natasha Blanchet-Cohen, Amy Cooper e Holly Doel-Mackaway. As autoras questionam os modelos de direitos participativos concebidos por projetos colonizadores e exploram alternativas, ao (re)imaginar novas formas de participação das crianças.

O tema da participação infantil e juvenil é explorado também em dois artigos baseados em projetos desenvolvidos internacionalmente envolvendo adolescentes e jovens do Brasil e da Índia como co-pesquisadores. Ambos oferecem contribuições valiosas sobre os desafios das práticas decoloniais. O artigo *Creating equitable spaces in research partnerships across Majority and Minority World* (Criando parcerias equitativas de pesquisa entre Países Majoritários e Minoritários) por Loretta Chan, analisa a experiência do engajamento de adolescentes e jovens nas funções de consultores e pesquisadores para entender os desafios em relação à sua inserção produtiva em contextos urbanos. Alicia Tauro, por sua vez, destaca no artigo intitulado *Jinka Sawaal Unka Netrutva: Fronting people and communities in participatory research with young people in India* (Jinka Sawaal Unka Netrutva: O papel de liderança dos indivíduos e das comunidades em pesquisa participativa com jovens na Índia), um modelo de



pesquisa participativa com jovens de áreas urbanas pobres, onde os membros da comunidade estão envolvidos em processos colaborativos dinâmicos. A autora reflete sobre as características que tornam esse modelo empoderador, ao mesmo tempo que desafia os modelos tradicionais de investigação.

Ana Carolina de Sá Queiroz, autora de *“A culpa é do Cabral”*: uma proposta de subversão da lógica colonial, discute a invisibilidade étnico-racial de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento institucional. Outra reflexão que se relaciona a esse debate é realizada por Tarcísio Conceição Oliveira e Rebeca Ribeiro da Silva, no artigo: *Eu vim de lá pequenininho: noções pluriversais da historicidade das infâncias e adolescências no Brasil*. O texto explora o contexto histórico brasileiro de colonização e escravização por meio de contribuições da literatura afro-brasileira e da filosofia africana. No artigo *O impacto do racismo na saúde mental da infância preta no cenário brasileiro*, Letícia Aparecida de Góis Pereira, Luana Luiza Galoni e Grazielly Ribas de Oliveira refletem sobre como o racismo pode influenciar a saúde mental de crianças negras, mais vulneráveis às diversas formas de violência

Dois artigos abordam o tema da decolonialidade a partir da correlação entre a infância e o mundo natural. O primeiro, *Decolonialidade e Infância: herança colonial e conexão das crianças com a natureza*, de Mariana Menezes Neumann e Irene Rizzini, parte da proposta de descolonização de concepções, conteúdos e práticas educativas adotadas com crianças e que constituem heranças de epistemologias coloniais. As autoras se posicionam criticamente em relação às experiências que reforçam o silenciamento das contribuições dos povos originários e dos saberes e experiências infantis. Ressaltam ainda, a importância de se repensar os modelos de conexão da criança com o mundo natural, considerado essencial para a formulação e implementação de iniciativas decoloniais. A contribuição de Lea Tiriba e Christiana Cabicieri Profice, *Desemparedar infâncias, contracolonialidades para reencontrar a vida*, aborda o tema dos lugares das crianças nas sociedades



ocidentais como sujeitos de direitos, mas sob normas adultocêntricas que se relacionam com a ordem capitalista-colonialista e a produção histórica do Antropoceno. Com a intenção de imaginar outras ordens civilizatórias, o texto traz dados de pesquisas realizadas em escolas em contextos urbanos, e em territórios indígenas.

Ilse Carolina Torres Ortega e Rebecca Danielle Strickland analisam a implementação de um programa desenvolvido em prisões, no artigo *Educación carcelaria y criminalidad en México*. Os resultados revelam dificuldades significativas para promover uma aprendizagem transformadora em um ambiente dominado pela violência, pelo crime organizado e por instituições estatais fragilizadas. As autoras destacam o potencial e a necessidade de projetos socioeducativos diante da devastadora realidade de violência nas prisões latino-americanas. Essa experiência demonstra que, ao se criarem oportunidades, ampliam-se as possibilidades de mudança, apesar da perspectiva dominante (e colonizadora) de que não há muito que possa ser feito.

Vanessa Maria de Castro e Maria Lúcia Pinto Leal apresentam uma reflexão a partir de uma experiência em curso que desafia estruturas de poder com lentes decoloniais no ensaio *Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias - OPOInfâncias: práxis indígenas e não indígenas*. As autoras descrevem a criação inovadora do Laboratório OPOInfâncias na Universidade de Brasília, iniciada em 2022, destacando a importância da participação dos indígenas em todo o processo de formulação e análise de políticas públicas voltadas para as comunidades indígenas. As autoras apresentam dados alarmantes sobre violações de direitos dos povos indígenas no Brasil, afetando principalmente a população infantil e juvenil, e apontam a urgência de ações efetivas para enfrentar o problema.

Esta edição conta, ainda, com uma contribuição Sul Africana sobre a descolonização e os direitos da criança na prática, trazida por Robert Doya Nanima (Universidade de Western Cape), especialista do Comitê Africano sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança. O professor





Nanima, em entrevista concedida à professora Tara M. Collins, destaca que tanto os direitos das crianças como a descolonização precisam ser pensados a partir de contextos específicos, e que a localidade e a identidade pessoal devem ser consideradas em quaisquer iniciativas em relação à população infantil e juvenil.

São análises que demonstram a enorme complexidade das questões abordadas. Consideramos que as narrativas baseadas em experiências concretas, trazidas por diversos autores, são exemplos importantes de como é desafiador descolonizar saberes e práticas. Como afirmam Lucas da Costa Maciel e Patrícia Medina Melgarejo: “A experiência descolonizadora exige ferramentas que evoquem outras narrativas (muito diferentes) a partir das quais se reafirma o exercício da decolonialidade” (2016, p.322).

Gostaríamos de acrescentar que a publicação desta edição de *O Social em Questão* é especialmente auspiciosa, ao coincidir com uma importante transição política no Brasil. O país enfrentou muitos desafios nos últimos anos devido ao contexto político de extrema direita e à pandemia de Covid-19, com impactos significativos para as vidas de crianças, jovens e suas famílias. As recentes eleições presidenciais, realizadas em novembro de 2022, restabeleceram o compromisso do país com os valores democráticos e de direitos humanos, incluindo a proteção do meio ambiente. Também criou pela primeira vez em nossa história dois novos ministérios com representantes de grupos indígenas e igualdade racial.

À medida que discutimos sobre as diferentes dimensões da vida das crianças e seus direitos, aplicando uma lente decolonial, estamos cientes do fato de que há muito ainda a ser aprofundado, nacional e internacionalmente. Entendemos que essa edição constitui um esforço inicial, mas deliberado, que visa estimular pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de todas as gerações a compreender a importância da descolonização em sua atuação junto a crianças, adolescentes e jovens.

Gostaríamos de concluir com um desejo; o de que o campo e o interesse internacional pela descolonização, decolonialidade e população infantil e juvenil não seja uma ‘nova’ área do conhecimento, atrelada a um interesse circunstancial e retórico, eventualmente substituído e esquecido<sup>8</sup>. Os processos descoloniais são uma forma de vislumbrar múltiplas narrativas que foram silenciadas por muito tempo e que, esperamos, tenham o potencial de possibilitar futuros diferentes, em que a igualdade e a justiça social não sejam consideradas uma utopia.

### Agradecimento

Gostaríamos de agradecer à rede *International and Canadian Child Rights Partnership* (ICCRP), apoiada pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas do Canadá, ao possibilitar o desenvolvimento de ideias que tomaram forma nesta edição da **Revista O Social em Questão**. Vemos esta colaboração como a continuação de um diálogo sobre o tema dos direitos das crianças e da descolonização, iniciado em 2017. No atual trabalho de pesquisa internacional desta rede, estamos nos aprofundando em nossas análises, envolvendo parceiros de um grande número de países, atuando de forma intergeracional. Para mais informações, acesse [www.torontomu.ca/iccrp](http://www.torontomu.ca/iccrp)

\*\*\*

### International perspectives on decoloniality and children's rights

This special issue of the journal **O Social em Questão** examines efforts at decolonizing the sphere of children's studies and the legacies of colonialism<sup>9</sup>. This has been seen through attitudes of suppressing children's rights and affecting children's well-being in a variety of ways including enslaving children and their parents, seizing their property, stamping out Indigenous cultures and practices, and carrying out genocide, among others.

